

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil contesta veto à carne

Governo fala em aplicar medidas de reciprocidade diante da decisão da UE de suspender a importação de produtos de origem animal

» PEDRO JOSÉ BORGES

O governo brasileiro reagiu, ontem, à decisão da União Europeia de manter a suspensão da entrada de produtos brasileiros de origem animal nos 27 países do bloco. Caso o bloco se recuse a rever a posição, o Brasil promete reciprocidade.

A suspensão, que teve início ontem, atinge exportações de carne bovina, frango, carne suína, mel, pescados e ovos e pode impactar até US\$ 2 bilhões por ano em transações comerciais brasileiras.

Segundo a justificativa apresentada pelas autoridades europeias, os mecanismos brasileiros de monitoramento e controle do uso de antimicrobianos na produção animal seriam insuficientes. O governo brasileiro, porém, afirma que não foram identificados casos de contaminação ou irregularidades sanitárias nos lotes de produtos nacionais.

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) manifestaram, em nota conjunta, preocupação com a decisão, especialmente pela ausência de diálogo prévio. Para os órgãos, a medida não é compatível com a parceria estratégica mantida entre Brasil e União Europeia.

Desde o anúncio da suspensão, em maio, o governo tem realizado reuniões técnicas e contatos políticos com autoridades europeias na tentativa de encontrar uma solução para o impasse. O Brasil afirma ter adotado as medidas solicitadas pelo bloco e enviado documentação sobre os sistemas de controle das cadeias produtivas.

Como parte das negociações, o país também aceitou uma auditoria nas cadeias de carne de aves e mel. O procedimento começou em 24 de agosto e tem término previsto para hoje.

O Brasil defende a robustez de seu sistema de defesa agropecuária e ressalta sua posição como fornecedor de produtos de origem

Semadesc/Divulgação



As estimativas apontam para uma perda de US\$ 2 bilhões por ano nas exportações de carnes à UE por causa do bloqueio iniciado ontem

animal para mais de 150 países. A suspensão atinge produtos que haviam recebido concessões de cotas e reduções tarifárias no âmbito do Acordo Mercosul-União Europeia. Na avaliação brasileira, a retirada dessas mercadorias do mercado europeu compromete benefícios comerciais negociados entre as partes e altera o equilíbrio de concessões que permitiu a conclusão do tratado.

“Caso as tratativas não conduzam tempestivamente a solução satisfatória, o governo brasileiro reserva-se o direito de recorrer aos instrumentos cabíveis para assegurar condições equilibradas de

comércio, inclusive às medidas de reciprocidade previstas no ordenamento jurídico nacional, bem como aos mecanismos pertinentes previstos no Acordo Mercosul-União Europeia e no sistema multilateral de comércio”, diz a nota.

Prejuízos

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) também pediu providências ao governo brasileiro. O presidente da entidade, João Martins, enviou ofícios ao Itamaraty e à Comissão de Relações Exteriores do Senado alertando para os possíveis prejuízos às cadeias

produtivas nacionais.

A entidade solicitou especificamente o acionamento do Mecanismo de Reequilíbrio de Concessões, previsto no acordo comercial. Segundo a CNA, o bloqueio das exportações provoca a perda de benefícios comerciais esperados pelo Brasil e poderia justificar a busca por compensações equivalentes ou a suspensão proporcional de concessões tarifárias concedidas à União Europeia.

“A medida, decorrente da aplicação extraterritorial de normas sobre o uso de antimicrobianos, desconsidera o rigor do sistema oficial de defesa e inspeção sanitária do

Brasil, impondo prejuízos imediatos às cadeias produtivas nacionais, gerando grave e injustificada distorção no acesso ao mercado europeu”, afirma João Martins no ofício enviado ao ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

“Foi expressamente desenhado para resguardar as partes contra legislações unilaterais que rompam o equilíbrio econômico-comercial pactuado”, diz o documento da CNA que pede o acionamento do Mecanismo de Reequilíbrio de Concessões.

A entidade também sustenta que a decisão europeia representa, sob a perspectiva do comércio

internacional, uma perda de benefícios comerciais esperados pelo Brasil. “Nesse sentido, assiste ao Brasil a prerrogativa de exigir a restauração do equilíbrio comercial por meio de compensações equivalentes ou, subsidiariamente, da suspensão proporcional de concessões tarifárias outorgadas àquele bloco”, diz o ofício.

Seguro rural

Ontem, o Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 2.951/2024, que reformula o sistema de seguro rural no Brasil. A proposta, que segue para sanção presidencial, estabelece novas regras para ampliar a proteção dos produtores contra perdas decorrentes de eventos climáticos e outros riscos da atividade agrícola.

De autoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS), o projeto havia sido aprovado pelo Senado em 2025 e retornou à Casa em maio deste ano após passar por alterações na Câmara dos Deputados. O relator da matéria no Senado foi o senador Jaime Bagatoli (PL-RO).

A aprovação foi considerada urgente devido ao início do período de plantio da safra de verão, principal ciclo agrícola do ano. Em Mato Grosso, por exemplo, o plantio da soja começa em 17 de setembro. Sem a aprovação do projeto, as novas regras do seguro rural só poderiam ser aplicadas a partir da safriinha de 2027.

Uma das principais mudanças previstas no projeto é a reativação do fundo suplementar de riscos do seguro rural, conhecido como “Fundo Catástrofe”. O mecanismo está previsto em lei desde 2010, mas nunca chegou a funcionar devido à ausência de regulamentação e de aportes de recursos.

Pelo texto aprovado, o fundo será administrado por uma pessoa jurídica que poderá ter como cotistas seguradoras, cooperativas de seguros, resseguradoras, cooperativas agropecuárias e empresas integrantes da cadeia do agronegócio.

SEGURANÇA

Setor de combustíveis sofre com o crime organizado

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A discussão sobre a segurança pública e o crime organizado dentro de setores estratégicos da economia ganharam força desde os desdobramentos da Operação Carbono Oculto. As investigações mostraram um esquema de adulteração, fraude e lavagem de dinheiro envolvendo facções dentro do mercado de combustíveis.

A presença das organizações criminosas nas usinas, distribuidoras e postos de gasolina fizeram propostas como a PEC da Segurança Pública e o PL 2646/25, de combate ao crime organizado, avançarem no Congresso.

Os impactos ultrapassam o mercado de combustíveis. De acordo com a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), a sonegação, fraudes operacionais, adulteração de combustíveis e lavagem de dinheiro trazem mais de R\$30 bilhões em prejuízo para o país anualmente.

Outros dados mostram que o crime organizado lucrou mais de R\$ 1 bilhão nos últimos três anos apenas importando cerca de 435 milhões de litros de metanol para adulterar gasolina.

Além disso, o crime organizado lucra um valor muito superior na atuação de mercados ilegais de combustível, lubrificantes, bebidas, ouro e tabaco. Órgãos federais reguladores estimam que o valor supere R\$ 146,8 bilhões por ano. Apenas no mercado de combustíveis e lubrificantes o lucro é de R\$ 61,5 bilhões, cerca de 41,8% de toda a receita.

CB Talks

No próximo dia 15/09, o **Correio Braziliense** recebe, durante o evento *CB Talks*, especialistas e representantes de diferentes setores para discutir o fortalecimento da segurança pública e os desafios para combater a atuação do crime organizado e os impactos econômicos e sociais diante

Divulgação



Desdobramentos da operação Carbono Oculto mostram a presença de facções criminosas no mercado

desse cenário. O evento também irá abordar ações de incentivo ao desenvolvimento nacional e os caminhos para ampliar a integração entre Estado, sociedade e iniciativa privada na segurança pública.

O encontro terá início às 9h30 na sede do jornal e será transmitido ao vivo pelo Youtube. Esta edição do *CB Talks* tem o apoio do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (SindiGás) e Instituto Combustível Legal.

Foram convidados o presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz, e o professor da USP e coordenador da Escola de Segurança Pública, Leandro Piquet Carneiro, o ministro da Fazenda, Dário Durigan, o senador Izalci Lucas (PL-DF), o deputado federal Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), Robinson Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal, e Sérgio Bandeira Melo, presidente do SindiGás.

***Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

PREVIDÊNCIA

Lula diz ter zerado a fila do INSS

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, ter zerado a fila de espera para benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em seu discurso, o presidente destacou que “zerar” a fila do INSS vai significar

que os trabalhadores tenham até 45 dias — cumprimento do prazo legal — de espera para receber um retorno do instituto de seguridade sobre o possível recebimento do benefício, ou não.

“Zerar a fila não significa que não tem mais fila. Nós queremos humanizar a fila para que a pessoa

tenha o tempo correto de dar entrada (no INSS), esperar e receber ou não benefícios”, disse o petista.

Após o anúncio, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, destacou esforços do governo que podem fazer com que seja antecipado o prazo para resposta do INSS. “Estamos melhor do que o critério legal. O prazo máximo legal é de 45 dias e nós, atualmente, estamos com 34 dias de tempo médio. É uma vitória nossa estarmos abaixo do tempo médio que é permitido”, disse Queiroz, em conversa com jornalistas.

Ele, no entanto, ponderou

ainda haver fila de beneficiários que aguardam mais de 45 dias para ter respostas do INSS. “Essa fila de beneficiários acima dos 45 dias, que em fevereiro era de 1,82 milhão de pessoas, se transformou em um resíduo de pouco mais de 200 mil, que são de pedidos especiaisíssimos, que são de casos mais complexos, que tem grupo de trabalho tratando especificamente deles”, explicou.

Reajuste

O presidente ainda defendeu a manutenção do reajuste real

— acima da inflação — dos benefícios pagos aos aposentados do INSS.

“Aí vem inventar que o deficit é por conta da Previdência. Não, o deficit é porque a gente tem que pagar R\$ 1,3 trilhão de juros todos os anos. Nunca aceitei jogar a responsabilidade do deficit em cima da Previdência Social”, disse.

Apontada como a pasta de maior custo do governo, o Ministério da Previdência, por meio do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), projetou que as despesas com aposentadorias e benefícios devam chegar a R\$ 1,218

trilhão em 2027. A defesa da manutenção do ganho real dos benefícios concedidos pelo INSS ocorreu dias após o presidente Lula se reunir com representantes dos setores produtivo e financeiro, no Palácio do Alvorada.

Entre os presentes no jantar oferecido pelo presidente Lula estava o banqueiro André Esteves, sócio do BTG, que defende publicamente a revisão dos gastos públicos.

Lula comentou ter sido no seu governo o início das investigações da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que apontaram fraudes em repasses do INSS.